

vamente. Nada mais a acrescentar  
o Projeto fora aprovado em primeira  
votação por unanimidade, dando  
o Senhor Presidente por encerrada  
a Sessão e a presente ata  
foi lavrada e se for achada conforme  
irá assinada pelo Presidente  
e pelo Primeiro Secretário. *Atten/Justiça*

*[Handwritten signatures and scribbles]*  
*[Illegible signatures]*  
*[Illegible signature]*  
*[Illegible signature]*  
*[Illegible signature]*  
*[Illegible signature]*  
*[Illegible signature]*  
*[Illegible signature]*

ATA DA TRIGÉSSIMA SEGUNDA SES-  
SÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL  
DE SINOP, ESTADO DO MATO GROSSO.

Los treinta dias do mês de outubro  
de hum mil novecentos e oitenta e nove  
no horário regimental, reuniram-se



os Senhores Vereadores para a realização da Sessão Prevista. Invocando a proteção divina o Senhor Presidente deu início a Sessão Ordinária, sendo que fora lida a ata da Sessão anterior a qual fora aprovada. Logo após, foram apresentados pelo Secretário da Casa, as correspondências recebidas e expedidas. Apresentadas ainda pelo Senhor Presidente, as proposições contidas na pauta da Sessão. Discutido primeiramente, o Projeto de Lei número onze oriundo do Executivo Municipal, que entrou em segunda discussão. Usando da palavra o vereador José Pedro Serafini reafirmou o que já havia declarado em sessão extraordinária, onde o projeto fora aprovado em primeira votação. Disse ainda que havia se dirigido naquela data até a Secretaria de Fazenda do município onde obtivera a informação que até aquela data haviam sido aplicados um índice de quinze vírgula tanto e dois por cento na educação. Salientou ainda que dívidas contraídas se aprovado o Projeto, poderiam ser pagas ainda naquele mês. Referindo-se ao projeto o vereador Waldemar Brandão disse que não via necessidade de sua apreciação pela terceira vez, em sessão extraordinária que realizariam



no dia seguinte, entendendo o vereador que durante aquelas horas não mudariam o pensamento quanto ao projeto. Dirigindo-se ao vereador Waldemar Brandão, João Medeiros disse que o projeto fora aprovado em primeira votação e provavelmente seria aprovado em segunda votação naquela noite, porém no seu entendimento o projeto deveria ser encaminhado para a terceira votação não sendo o porque da dispensa do interstício, pois ao seu ver este deveria ser feito por escrito. Dando prosseguimento a discussão do projeto, nada mais havendo a discutir fora o mesmo aprovado em segunda votação. Entrou a seguir em discussão o projeto de lei número doze, autoria do vereador Jorge Libreu. Pronunciando-se o vereador Itacir Lidomar Kirseh pediu ao presidente da casa para que fosse feita uma emenda ao projeto, a qual não fora aceita pelo Senhor Presidente por estar o projeto em última votação. O vereador Waldemar Brandão disse que continuaria contrário ao projeto pois achava ilegal a forma de encaminhamento do mesmo achando que deveria o mesmo ter sido encaminhado em forma de anti-projeto ou indicação. Pronunciou-se o vereador João Medeiros dizendo



ser flagrantemente ilegal o projeto. O vereador firmou novamente seu contrário & sua forma de apresentação. O vereador José Pedro Serrofini reafirmou novamente não achando o projeto inconstitucional. Disse respeitar os posicionamentos de seus colegas, mas seu voto ainda seria a favor. Não havendo mais nada a discutir foi o projeto aprovado em terceiro e último votação. Entrou em discussão a seguir o projeto de lei número catorze, autoria do vereador Sebastião de Mattos e nada havendo a discutir foi aprovado o Projeto. Sendo em seguida apresentado pelo Secretário da casa o projeto de lei número quinze, autoria do vereador Dalton Benoni Martini, sendo também apresentado o parecer da Comissão de Justiça e Redação ao projeto, o qual entrou em votação e sendo aprovado, entrou em discussão o Projeto. Posicionando-se o vereador Jorge Libreu ofereceu emenda ao artigo primeiro, referente artigo vinte e sete da lei, sugerindo o inesso terceiro para matamato passando os infantis para uma sepultura de um metro e meio. Passando a Presidência da Casa para o vereador Fernando Bispo Ferreira, o vereador Dalton Benoni Martini esclareceu à Jorge Libreu que o re-



mitério fora dividido em quadras, sendo este o motivo por não ter se atido as emendas efetuadas. Retomando a palavra o vereador Jorge Libreu disse entender a justificativo do vereador entendendo que os anos iriam passando e tornaria-se difícil o reconhecimento das sepulturas pois não estaria especificado nas quadras se era infantil ou adolescente, pedindo assim aos demais pares e ao Presidente que colocasse em votação as emendas. Criado o pedido, entrou em discussão a emenda, posicionando-se o vereador Osmar solicitou ao vereador Jorge Libreu que o mesmo apresentasse as emendas por escrito em próxima sessão. Foi em seguida aprovado o projeto em primeira votação. Entrou em discussão o anti-projeto de número quatro, autoria Jonas Penruque de Lima o qual o justificou. Posicionando-se o vereador João Medeiros disse que apesar da casa ter aberto um precedente aceitando o projeto do vereador Jorge Libreu, disse que o Anti-Projeto ora em discussão e daquela forma apresentado o via com bons olhos, concordando com a justificativo do autor, manifestando-se favorável. Waldemar Brandão endossando as palavras do vereador João Medei-



nos, deixou seu parecer favorável a mo-  
tina. Jorge Libreu entendeu ser de  
muita importância o Cont. Projeto  
achou que deveria o autor ter con-  
sultado o assessor jurídico para  
adentrar com a proposição como  
projeto. Nada mais havendo a dis-  
cutir a matéria foi encaminhada  
do a comissão competente. Lto  
contínuo foram apresentados os  
requerimentos números trinta e seis  
e trinta e sete, autoria do vereaa-  
dor João Medeiros, sendo acatadas  
pela casa. O vereador Jorge Libreu  
pediu para que fosse dado um es-  
clarecimento aos presentes pelo vere-  
dor autor. Justi ficando o requeri-  
mento trinta e seis o vereador João  
Medeiros, relatou que desde que as-  
sumira a administração do mu-  
nicípio o Executivo não estava  
diferenciando o Profissional Libe-  
ral do Autônomo no ato da co-  
branca do I.S.S. QN. Salientou o  
vereador que o Executivo estaria  
cobrando as taxas com forme a  
«para do prequês», achando ainda  
que bastaria o Prefeito ler o tex-  
to de lei e verio que o profes-  
sional liberal estava isento ao  
pagamento do imposto. O vereaa-  
dor José Pedro Serafini como li-  
der do Prefeito, entendeu que seu  
colega João Medeiros estava dis-



torcendo os fatos quando se re-  
feria a cobrança feita conforme  
a cara da pessoa. Esclareceu que  
isto não estava ocorrendo pois na  
maioria dos casos o setor de tribu-  
tação exigia um livro onde eram a-  
notados as prestações de serviços, di-  
zendo ocorrer em grande parte a ne-  
gação da apresentação do livro pelo  
profissional, reafirmando que a ne-  
gação dificultava para que as  
cobranças pudessem ser feitas cor-  
retamente. Entendeu o vereador que não  
estava ocorrendo nada, da maneira  
como expôs o Vereador João Me-  
deiros. Respondendo ao vereador Li-  
der do Prefeito o apartado rela-  
tou que suas afirmações esta-  
vam embasadas em provas res-  
mo o próprio texto de lei, rea-  
firmando que não existia nada  
que obrigasse o profissional libe-  
ral a ter um livro de controle de  
seus honorários, achando que estes  
controles o profissional faria atra-  
vés de recibos. Afirmou ainda  
que a cobrança estava sendo e-  
fetuada de forma ilegal. O vere-  
ador Jorge Libreu entendeu que libe-  
ral é o que tem suas idéias  
e opiniões, sendo assim a seu  
ver, poderiam ser taxados. Defi-  
niu o vereador autor o que seria  
profissional liberal segundo o vere-



bulário jurídico e entendeu que a  
brança poderia ser feita se o profis-  
sional liberal se cadastrasse como  
autônomo e emitisse seu recibo co-  
mo autônomo. Pedindo aparte o ve-  
reador José Pedro Serafini definiu o  
profissional liberal do autônomo  
usando como exemplo um médi-  
co presente àquela sessão. Entendeu  
o aparteado que o raciocínio do  
seu colega poderia até ser váli-  
do se acontecesse o fato do mo-  
do por ele exposto. Entendeu que se-  
ria justo cobrar imposto sobre ser-  
viço, o problema seria que estaria  
se cobrando da empresa e do  
profissional. Pedindo aparte nova-  
mente o vereador Jorge Libreu, so-  
licitou ao vereador autor que de-  
finisse profissional autônomo, pois  
o mesmo não entendera a dife-  
rença entre o liberal e autôno-  
mo. Respondendo ao aparteado  
informou que no vocabulário ju-  
rídico não existia a palavra  
Profissional Autônomo, mas que tre-  
ria em próxima sessão a defini-  
ção bem como a jurisprudência,  
onde consta que o profissional li-  
beral é isento de pagamento de im-  
posto, para análise de seus colegas.  
Em seguida, justificou seu requ-  
simento de número trinta e sete  
onde o executivo estaria cobrando



antecipadamente do proprietário de imóvel, quando da apresentação do projeto de obra que ao seu ver era inerte, pois a cobrança deveria ser efetuada a partir do momento da execução da obra. Disse que para a aprovação do projeto a prefeitura exigia ao proprietário do imóvel o pagamento do I.S.S. Citou que existia a hipótese do proprietário fazer o seu projeto e ser aprovado e não executar a obra, mas mesmo assim estaria pagando o imposto, sendo de contrário aquele tipo de coisa, pois o agente passivo do imposto não seria o proprietário do imóvel e sim o que iria executar a obra, imposto este que estaria sendo cobrado antecipadamente do proprietário do imóvel. Jorge Libreu referiu-se ao requerimento dizendo que conforme Lei Municipal não conferia com o que havia se posicionado o vereador autor. Por outro lado, o vereador autor justificou por várias vezes o seu posicionamento continuando a achar ilegal a cobrança do I.S.S. antes da execução da obra. Foi apresentado em seguida a indicação número cem, autoria do vereador José Pedro Serafini o qual pediu que fosse retirado seu nome como autor e fosse colocado em



de todo o plenário, justificando vereador informar ter sido con-  
vocado para fazer parte de uma reu-  
nião na ADESTEC onde lhe fora  
pedido para entrar com uma pro-  
posição para a doação pelo Execu-  
tivo de uma área para a funda-  
ção da Saúde Comunitária de  
Sinop. Reportando o vereador Wal-  
demar Brandão informou que em  
campo, o proponente se posicio-  
nara contra a obra, dizendo ser  
a mesma uma obra efeitória  
e acrescentou dizendo - lhe ainda  
que não deveria enganar o povo.  
Entendeu que a retirada da auto-  
ria do vereador se deu devido  
a sua intervenção junto ao Pre-  
sidente da ADESTEC, membro do  
PMDB, e este deveria ter pedido a  
um representante do partido pa-  
ra que adentrasse com a indi-  
cação e não a um representante  
de outro partido. Informou ainda  
que pela casa em anos anterio-  
res já havia passado um vere-  
dor do seu estilo e que o mes-  
mo teve que se mudar da ci-  
dade. Mencionou que não era ver-  
dade que o autor tenha sido pro-  
curado pela ADESTEC para aden-  
trar com a indicação, pois não  
havia sido esta a informação  
que obtivera quando em contato



com a entidade. Retomando a palavra o vereador José Pedro Serafini entendeu que nenhuma obra do município teria que, necessariamente ser efetuada pelo P.L. por ser este o partido do Prefeito, ou do Estado, do PMDB, nem do Governo Federal. Reafirmou que não fora em nenhum momento contra a obra e sim contra que ela fosse usada em campanha pois a mesma era uma obra filantrópica. Jorge Pedro Serafini pelo mesmo ter sido do PMDB procurado para fazer a indicação. Mencionou ainda não ter sido o PMDB procurado para fazê-la pois o partido estaria certamente desorganizado. Dependendo se o vereador Waldemar Brandão entendeu que nenhum dos partidos estaria organizado. Manifestou-se o vereador Fernando Bispo Ferreira, dizendo ter sido uma ingenuidade, por parte da ADESTEC, pois o mesmo tinha sido procurado pela entidade, onde ele foi dito que não passaram a indicação para o PMDB pois a indicação não passaria pela Casa. Nada mais havendo a acrescentar, foi aprovada a indicação. Dado um intervalo nos trabalhos, retomando-se logo em seguida, o Senhor Pre-



residente convidou para que fizesse uso da Tribuna, o Senhor Claudio Deste, Gerente da CEF, para dar seu esclarecimento sobre o sistema nacional de habitação, requisitos necessários para se pleitear financiamentos à casa própria e demais informações a respeito. No decorrer do seu pronunciamento foi questionado por vereadores, sendo que estes pronunciamentos se encontram, na íntegra, transcritos e arquivados nos anais da casa. Logo após foi aberto espaço para as explicações pessoais dos vereadores, pronunciando-se o vereador Waldemar Brandão mencionando ter gostado do pronunciamento do Gerente da Caixa Econômica. Referindo-se ainda a denúncia efetuada em sessão passada pelo senhor presidente referente ao delegado, mencionou terem se dirigido ele e mais colegas à Luíabá para pedir ao Secretário da Justiça a transferência do delegado e uma viatura para a delegacia de polícia de Simop. Dirigindo-se ao vereador José Pedro Serafini disse ter ficado constrangido com o que ocorrera na sessão daquela noite. Parabenizou a Liliane Faganello pelo título que trouxe a Simop e deixou seu repúdio pela prefeitura não ter colabora-



do com a mesma, nem com uma  
carta de apresentação. Esclareceu  
que faria uma emenda e soli-  
citará apoio do plenário na  
lei, para que o vale-transporte ao  
deficiente físico, fosse extensivo ao seu  
acompanhante. Jorge Libreu solicitou  
ao presidente da casa para que  
fosse efetuado um requerimento pe-  
dindo que todos os vereadores par-  
teicipassem da elaboração do Requi-  
mento Interno e depois formassem  
as comissões. Agradeceu a todos  
que colaboraram com a aprova-  
ção de seu projeto. Dirigindo-se  
ao vereador Waldemar Brandão  
mencionou estar magoado com o  
que foi dito pelo mesmo, disse que  
jamais como homem público fa-  
ria qualquer coisa para se benefi-  
ciar e no dia que isso aconteces-  
se poderiam seus colegas entrarem  
com um processo pedindo sua  
expulsão. O vereador Sebastião de  
Matos manifestou-se, aos dois re-  
querimentos que encaminhara ao  
Executivo sobre a regulamentação  
dos lotamentos urbanos de Sinop.  
Manifestou-se ainda a respeito da  
área que seria doada pela coloni-  
zadora para a implantação da á-  
rea industrial, salientando que faria  
um ano que estavam se mani-  
festando sobre aquela área, e até



aquela data não fora resolvido na  
da. Pediu ao Presidente da Casa se  
já havia recebido uma resposta do  
ofício encaminhado ao senhor Elio  
Pipino, caso não houvesse recebido  
iriam encaminhar um projeto de Lei  
ao Executivo para que o mesmo em  
contato com o senhor Elio resolvesse  
o problema. Pediu ainda ao senhor  
presidente que fosse enviado um re-  
querimento ao Prefeito Municipal pa-  
ra que o mesmo viesse à Casa,  
em próxima sessão, para dar alguns  
esclarecimentos sobre a forma que  
estava sendo cobrado o asfalto,  
pois estava sendo interpelado por  
municípios para esclarecimentos a res-  
peito. Osmar Martinelli pediu para que  
fossem encaminhados ofícios de con-  
gratulações ao Gerente da Caixa  
Econômica agradecendo a sua pre-  
sença na Casa quando solicitado  
à Emater parabizando pelo Dia  
de Campo e ainda a Liliane Fa-  
ganello pelo título de Miss Mato Gros-  
so Turismo que trouxe de Pondo-  
mópolis. Agradeceu a presença do  
Senhor Claudemir, Gerente da Caixa  
Econômica por ter atendido a soli-  
citação da casa. José Pedro Seropi-  
ni mencionou ter estado no dia  
anterior na delegacia Municipal  
onde constatou um afronto a Lei.  
Informou que no sábado haviam



sido presos dois elementos talvez com provas vagas ou concretas não tinha conhecimento, sendo ele procurado pela família para que atentasse para este fato. Foi quando se dirigiu a delegacia e constatou que o delegado havia infringido a lei. Dirigindo-se ao vereador Sebastião de Matos informou que o Prefeito havia conseguido junto a Liffonseca a redução do valor do asfalto em quarenta e dois por cento na época, mas automaticamente estes valores foram reajustados conforme a correção. Referiu-se ainda sobre a situação calamitosa do distrito de Santo Carmem referente a Samemat, quanto a água que lhes era fornecida. Informou estar acompanhando os trabalhos do vereador Vitorino Dalla Libera e do bancada do PMDB, onde contactaram com a diretoria da Samemat para que a mesma tomasse as medidas necessárias para a solução do problema. Como não fora tomada nenhuma medida, mencionou o vereador ter de mesmo entrado em contato com a Diretoria da Samemat, para que fossem atendidas as reclamações daquelas pessoas, caso contrário iriam acionar aquela população para descobrir a causa da água. Im-



formou que conforme palavras do  
Governo Regional Senhor Wesley nas  
haviãam perspectivas para regulari-  
zar o funcionamento daquele setor,  
onde muitas pessoas estavam sen-  
do prejudicadas por ingerirem água  
de rios que lhes era fornecido atra-  
vés de um caminhão pipa. O vere-  
dor Jonas Henrique de Lima dirigin-  
do-se ao vereador Waldemar Bran-  
dão, enalteceu as colocações feitas pe-  
lo vereador José Pedro Serrofini so-  
bre a obra do Hospital Comunitá-  
rio a ser realizada, dizendo que  
particularmente teria o vereador Wal-  
demar Brandão todo seu respeito  
e como membro do PMDB reco-  
nhecia o trabalho que estava rea-  
lizando. Deixando seu protesto  
o vereador Rodolfo Walter Kunze dis-  
se que a bancada do PMDB havia  
levado uma "rasteira". Informou  
que em começo sempre fora men-  
cionado pelo PMDB a obra do  
Hospital Comunitário e agora quem  
do estavam a executar a obra,  
foi procurado vereador de outro  
partido. Reafirmou terem sido re-  
legados a segundo plano. Anó-  
nio Slaviero pediu para que fos-  
se encaminhado um ofício ao  
diretor da Lemat referente ao con-  
serto de um motor que estava pa-  
ralizado durante um ano e que



seria uma das causas do racionamento da energia. Pediu para que os vereadores do PMDB entrassem em contato com o governo para que o mesmo solucionasse aquele problema, entendendo serem as indústrias as mais prejudicadas. Fernando Bispo Fevree agradeceu a presença do Gerente da Causa Econômica e dirigindo-se ao vereador Rodolfo Walter Kunze mencionou que o mesmo se posicionara muito bem referente a obra do Hospital Comunitário e poderia contar com seu apoio. Referindo-se ao dito pelo vereador Flávio Slaviero, reafirmou não saber somente ao PMDB o contato com o governador mas a qualquer vereador de qualquer bancada. O Senhor Presidente convocou todos os vereadores para se reunirem no dia seguinte para a realização da sessão extraordinária, para formação da Mesa Diretora dos trabalhos da Lei Orgânica. Informou ainda que os requerimentos e ofícios seriam encaminhados e respondendo ao vereador Sebastião de Matos informou-lhe que ainda não havia recebido resposta do ofício do Senhor Ênio. Agradecendo a presença do gerente da Causa Econômica e



demais presentes deu por encerrada a sessão daquela noite, sendo a ata lavrada e se for aceite irá assinada pelo Presidente e Primeiro Secretário.

*faltou Justific*  
*Cl*

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP  
32  
Jaltan

## ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO.

Aberta a terceira Sessão Extraordinária da Câmara Municipal Sinop, no horário estabelecido, à sala das Sessões da Câmara Municipal de Sinop, reuniram-se os senhores vereadores para a realização da sessão extraordinariamente convocada para deliberação do Projeto de Lei número onze do Executivo Municipal. Aberta a Sessão, o Senhor Presidente solicitou que fosse lido o Projeto em epígrafe entrando logo após em terceira discussão. Por já ter sido amplamente discutido não havendo manifestações contrárias, fora levado a terceira votação obtendo a aprovação unânime do Plenário. Agradeceu o líder de Prefeito, em nome do Executivo Municipal, pela posição favorável de todos os Vereadores.